



Boletim Rio+20

Edição número 1
Setembro 2011



Rio+20: uma conferência sobre o futuro do planeta

De 4 a 6 de Junho de 2012, o Rio de Janeiro será sede da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a chamada Rio+20. O evento celebrará os 20 anos da ECO92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, considerada até hoje a mais importante conferência ambiental mundial por ter incorporado os desafios ambientais e climáticos na agenda política global e ter consagrado o conceito de “desenvolvimento sustentável”.

De fato, na ECO92 foram assinadas as Convenções sobre Biodiversidade e Mudança Climática, foi acordada a Convenção pela Luta Contra a Desertificação, e foi lançada a Agenda 21 - um documento-guia sobre desenvolvimento sustentável para uma ação conjunta dos governos, Nações Unidas, empresas e todos os setores da sociedade civil para enfrentamento dos problemas sócio-ambientais.



Apesar dos importantes resultados nas definições institucionais, o balanço 20 anos depois do que foi implementado após a Conferência não pode se definir como positivo. Nas últimas duas décadas temos assistido ao aprofundamento da pobreza, das desigualdades e da destruição ambiental e do aquecimento global sem precedentes, com graves impactos no Sul Global. Diante da crise econômica, financeira, alimentar, energética e climática que o mundo vive, a Rio+20 reveste-se de uma importância especial, dada a amplitude e diversidade da problemática que acolherá, e da importância que tem para os movimentos sociais do mundo inteiro.

Frente aos grandes desafios da vida no planeta, os temas que estão na pauta oficial são (i) a economia verde no contexto de erradicação da pobreza e (ii) a governança ambiental global, além de se prever uma avaliação dos ciclos de Conferências da ONU nos anos 90 e das sucessivas COPs. Do ponto de vista dos movimentos sociais, muitas são as críticas que se fazem, tanto ao novo conceito de “economia verde” quanto ao conjunto de mecanismos paliativos da crise ambiental e também à falta de eficiência e legitimidade da institucionalidade internacional que não tem sequer cumprido com os acordos assinados.

Entendemos que a economia verde pouco tem que ver com a erradicação da pobreza, trata-se mais bem de tentar uma forma “renovada” de acumulação

do capital diante da grave crise econômico-financeira para a qual o mundo foi empurrado. De fato, até mesmo o relatório do PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - admite que “a transição para uma economia verde não resolverá automaticamente todos os problemas da pobreza.

“É necessária uma mudança de paradigma civilizatório e dos padrões de produção e consumo.”

Uma orientação pró-pobres deve ser sobreposta a qualquer iniciativa de economia verde”. Do mesmo jeito, essa transição procura fortalecer os mecanismos de proteção dos direitos de propriedade e rentabilidade das inovações, enquanto promove as chamadas soluções de mercado e a criação de novos mercados (tais como o mercado de Carbono) como remédio à necessidade de proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

Nesse sentido, há razões para pensar que a conferência será capturada pelos interesses das grandes corporações transnacionais para construir consenso ao redor do novo paradigma “verde” na tentativa de revitalizar um novo ciclo da acumulação capitalista.

O que é preciso discutir em 2012 é muito mais do que isso, e os movimentos sociais estão se preparando para essa disputa. É necessária uma mudança de paradigma civilizatório e dos padrões de produção e consumo. É dizer um basta à falta de compromisso dos governos com a implementação de políticas sustentáveis, a começar pelos acordos já assinados. É denunciar que as soluções não podem ser de mercado.

“É (preciso) denunciar que as soluções não podem ser de mercado.”

É a redistribuição da riqueza e a re-apropriação dos territórios, dos bens comuns e dos corpos e mentes de homens e mulheres para exercer uma cidadania soberana. É a busca, enfim, da equidade e da justiça social e ambiental.

Governo cria Comissão especial para organizar a Rio+20

O Governo brasileiro criou recentemente uma estrutura temporária para a organização da Rio+20 por meio do Decreto 7.495, de 7 de Junho de 2011. Essa estrutura é formada pela Comissão Nacional e pelo Comitê Nacional Organizador.

Realização



Apoio





Lançamento da Comissão Nacional

Segundo o governo brasileiro, a Comissão Nacional, copresidida pelo Ministro das Relações Exteriores e pela Ministra do Meio Ambiente, tem como missão promover o diálogo entre as esferas do governo e da sociedade civil, a fim de debater publicamente a estratégia do Brasil na conferência.

Ela conta com representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (nas três esferas: federal, estadual e municipal), e no âmbito das entidades não-governamentais, participam representantes da sociedade civil, das comunidades tradicionais, dos movimentos sociais e do setor empresarial.

A Comissão Nacional conta ainda com uma Secretaria Executiva, responsável por coordenar suas atividades, composta por representantes do Ministério da Fazenda (que coordena os temas econômicos), do Ministério do Meio Ambiente (que cuida das questões ambientais), e do Ministério do Desenvolvimento Social (que trata dos assuntos sociais). O Comitê Nacional Organizador, por sua vez, é responsável pelo planejamento e execução da logística da conferência.

A AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras foi convidada a participar da Comissão Nacional como representante dos movimentos sociais, através do Instituto Equit - e pretende tornar públicas, com este boletim bimensal, as negociações e informações do que aí aconteça.

A proposta em construção da Cúpula dos Povos

Em novembro de 2010, numa primeira reunião organizada por um conjunto plural de organizações e movimentos sociais brasileiros, criou-se o CFSC - Comitê Facilitador da Sociedade Civil. Esse Comitê tem como objetivo articular e facilitar a participação da sociedade civil nacional e internacional no processo preparatório e durante a Rio+20. É composto por organizações, movimentos sociais e redes que atuam em diversas áreas: sindical, de direitos humanos, entidades ambientalistas, feministas, povos indígenas etc. e que convergirão na realização - em paralelo à Conferência oficial - do evento autônomo denominado "Cúpula dos Povos da Rio+20 por Justiça Social e Ambiental" no intuito de fortalecer o poder político da sociedade civil. A AMB faz parte desse Comitê con-

tribuindo para levar a perspectiva feminista e as lutas das mulheres de todo o país.

Frente aos desafios da crise civilizatória que vive o mundo, o CFSC se propõe a organizar um novo marco de discussão autônomo frente às instituições internacionais, corporações capitalistas e aos poderes nacionais, buscando constituir um marco plural que valorize a diversidade e que supere a fragmentação e atomização das lutas, estimulando convergências e agendas comuns.

O trabalho no comitê se organiza por Grupos de Trabalho: GT Evento, GT Formação e Mobilização, GT Processo Oficial e GT Rio de Janeiro.

A participação nos grupos de trabalho é aberta a todas as organizações e indivíduos que se identifiquem com a sua pro posta e estejam dispostos a colaborar (mais informações no site oficial do CFSC: <http://www.rio2012.org.br>).

COMITÊ FACILITADOR
DA SOCIEDADE CIVIL PARA A
RIO+20

As mulheres na Rio+20

Nos próximos números do Boletim continuaremos a explicitar as propostas da AMB para a Rio+20, onde nós, mulheres, queremos reeditar a importante presença que tivemos no Planeta Fêmea durante a ECO92.



Plenária das mulheres com a famosa feminista Bella Absug durante a ECO 92.

No próximo capítulo, pretendemos publicar o que já avançamos nessa discussão e também uma pré proposta de como estamos pensando nossa participação na RIO+20, importante espaço de articulação dos movimentos sociais globais e momento de dar uma mensagem clara à sociedade sobre o mundo equitativo e justo que queremos e que já estamos construindo!

Matérias: Érika Masinara e Lucía Santalices
Revisão e diagramação: Lucía Santalices
Edição: Graciela Rodriguez
Para assinatura ou cancelamento: erika@equit.org.br
Para ler os boletins anteriores acesse: www.articulacaodemulheres.org.br e www.equit.org.br